

## Colômbia

Paradoxos na construção da democracia colombiana

Mauricio Archila Neira

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

NEIRA, MA. Colômbia: Paradoxos na construção da democracia colombiana. In SORJ, B., and OLIVEIRA, MD., eds. *Sociedade civil e democracia na América Latina: Crise e reinvenção da política* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2007. pp. 95-146. ISBN 978-85-9966-223-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# Paradoxos na construção da democracia colombiana

Mauricio Archila Neira<sup>1</sup>

“A Colômbia é um país de muitas ambigüidades. Com uma longa história de democracia ininterrupta (...) também tem evitado o ciclo de bonança e bancarrotas que aflige seus vizinhos (...). Mas a Colômbia também tem uma tradição de violência extrema”

(Henry Kissinger, 2000).<sup>2</sup>

Mais que um país de muitas ambigüidades, a Colômbia apresenta diversos paradoxos. Não é apenas o contraste – bastante generalizado na opinião pública internacional – entre estabilidade política e macroeconômica com altas

<sup>1</sup> Ph.D em História, Professor Titular da Universidad Nacional de Colombia e pesquisador associado do CINEP (Centro de Investigación y Educación Popular).

<sup>2</sup> Citado por Eduardo Pizarro (2004, p.205).

doses de violência, mas também – algo que chama pouco a atenção de analistas externos e internos – o papel ativo de seus cidadãos, apesar das adversidades que enfrentam, na construção da democracia.<sup>3</sup> A análise de alguns destes paradoxos é o objeto desta exposição.

Antes de abordá-los, faremos alguns ajustes conceituais acatando a advertência de Bernardo Sorj (2005) de encarar os conceitos não como categorias estáticas e definitivas, mas como definições provisórias que dão conta das realidades que pretendem abarcar. A seguir abordaremos quatro linhas de análise sobre o caso colombiano relacionadas à força diferenciada do Estado, ao impacto complexo da globalização, ao caráter do conflito armado e às novas tendências dos movimentos sociais. Por fim, chegaremos a algumas conclusões que resumem os elementos estudados.

### *1. Ajustes conceituais*

É evidente que por trás de categorias como Estado, sociedade civil, democracia e movimentos sociais há um profundo debate acadêmico e político que não poderemos elaborar em sua totalidade nestas páginas. Por isso, nos limitaremos a apresentar resumidamente como as entendemos de imediato no contexto colombiano.

<sup>3</sup> Este tema não é um vazio apenas para analistas como o ex-secretário de Estado norte-americano, como também para estudiosos colombianos como Eduardo Pizarro, que, apesar do título de seu recente livro “Una democracia asediada”, não lhe presta maior atenção. De forma contrária, este tem sido o foco de nossa pesquisa, especialmente da perspectiva dos movimentos sociais (Archila et al., 2002 e Archila, 2003).

Definimos o **Estado** como uma construção histórica de longa duração que não somente deve exercer coerção por meio do uso legítimo da força, como também alimentar consensos sobre valores e normas de convivência. Um primeiro elemento desta definição é que o Estado exerce coerção, mas deveria também construir consensos, aspecto que dificilmente logrou consolidar na América Latina e em particular na Colômbia, como se verá mais adiante. Além disso, o Estado não é apenas um conjunto de instituições ou um instrumento material, mas também uma mescla de formas e relações de poder. Nesse sentido, nele contam tanto o conteúdo quanto a forma.

A **sociedade civil** pode ser caracterizada como um espaço não-estatal, também historicamente construído, no qual convergem indivíduos e grupos que desenvolvem interesses diferentes e diversas formas de interação, que vão desde a solidariedade e a cooperação até o antagonismo e o conflito. Portanto, não se deve ver a sociedade civil como um terreno pacificado ou moralmente superior ao estatal. O choque de interesses e a pluralidade são consubstanciais a ela. Entretanto, conflito não significa o aniquilamento do antagonista, como muitas vezes se entende na Colômbia. Além disso, a sociedade civil não remete apenas a grupos organizados; nela também se expressam os indivíduos em dinâmicas complexas que entrecruzam a fragmentação com a colaboração. Por último, a sociedade civil não é o terreno exclusivo do privado, em contraposição ao estatal; ela também constrói esferas públicas.

Porém, mais do que destas diferenças, trata-se de conceitos relacionais. Se na Europa moderna a sociedade civil serviu de contrapeso ao poder absolutista, e nesse sentido

antecedeu o Estado democrático, na América Latina, a maioria das repúblicas formalmente democráticas precedeu de alguma forma a sociedade civil, o que permite afirmar que se trata de um subcontinente com Estados nacionais em construção, mas sem cidadãos (Escalante, 1993). Mais do que discutir o que surge primeiro, tanto o Estado como a sociedade civil se constrói mutuamente. A chave de sua força está em que cada um seja autônomo em relação ao outro: o Estado para exercer suas funções sem pressões de grupos de interesse e a sociedade civil para atuar sem intromissão de instituições estatais.<sup>4</sup> O que antes se via como uma soma negativa – mais Estado implicava menos sociedade civil ou vice-versa – é na realidade uma soma positiva de força mútua.<sup>5</sup> É igualmente injustificável, na teoria e na prática, contrapor uma esfera política a uma esfera social, e menos ainda se à primeira se dá um caráter exclusivamente público e à segunda um caráter privado. Como dissemos, não apenas a sociedade civil constitui esferas públicas não-estatais, como também o Estado não está isento de uma lógica privatizante. Na América Latina, a generalização da crise política apaga ainda mais as fronteiras artificiais entre o social e o político, o que, ao final desta exposição, desenvolveremos para o caso colombiano.

<sup>4</sup> Outro assunto é a soberania nacional, hoje posta em dúvida pela crescente globalização (Hardt e Negri, 2004). Sem dúvida, a autonomia dos Estados nacionais diminuiu mas não desapareceu, pois na ordem internacional eles ainda cumprem funções de controle territorial e de resolução dos conflitos internos.

<sup>5</sup> Nisto estamos de acordo com o que foi sugerido por Miguel Darcy de Oliveira na palestra preparatória para este evento (2005).

Sobre **democracia** existem também muitas definições. Por ora, basta dizer que, diferentemente dos gregos, os quais a entendiam como governo das elites, os modernos compreendem a democracia como governo do povo.<sup>6</sup> Para que o povo governe é necessária uma igualdade cidadã que, na tradição liberal, significa a generalização dos direitos civis e políticos; e, na socialista, a conquista dos direitos sociais (Marshall, 1992). O processo de gradual conquista de direitos na Europa ao longo dos três últimos séculos foi diferente do da América Latina: aqui primeiro se deu uma cidadania política limitada e excludente em meio a direitos civis continuamente ameaçados, enquanto os sociais não só foram precários como também o pouco que se conquistou está se desmontando (Oxhorn, 2003). Se na recente onda de democracia no subcontinente os direitos políticos e civis se expandiram, o balanço quanto aos sociais é crítico, como se afirma nos propósitos deste ciclo de seminários e conferência internacional.

Porém hoje a igualdade, inclusive socioeconômica, exige um complemento: o respeito à pluralidade e às diferenças culturais. Sem elas, a busca de igualdade deriva em homogeneizações artificiais que impedem o reconhecimento do outro diferente. Por isso, o que em ambos os lados do Atlântico se reivindica é uma igualdade em relação à diferença (Touraine, 1998). Conseqüentemente, o terreno dos direitos se amplia para incluir também os culturais, que abrangem os de gênero, os étnicos e outros de índole similar.

<sup>6</sup> Sem se remontar aos gregos, José Nun (2002) contrapõe a perspectiva de Schumpeter (governo dos políticos) à de T. H. Marshall (governo do povo).

Em termos procedimentais costuma-se distinguir entre democracia representativa e participativa. Para nós, trata-se dos dois lados de uma mesma moeda, pois a representação sem participação perde sentido, e a participação, em algum momento deve ceder à representação. Entretanto, na prática, esse equilíbrio não se alcança facilmente. Há ainda, atualmente, novas representações além da tradicional esfera política.<sup>7</sup>

Tudo isso conduz a uma concepção de democracia como algo que não se alcançou, como uma utopia que nos compete construir. Na realidade, como diz Armando Bartra, não há uma única democracia, “há democracias em trânsito, processos de democratização” (Bartra, 2005, p.329). Inclusive, em países como os nossos, com democracias formais de velha data, a tarefa será “democratizar a democracia”, segundo a feliz expressão de Boaventura de Sousa Santos.<sup>8</sup>

Nesse contexto é que aparecem os **movimentos sociais**. Sem eles, muitos dos elementos em tensão aqui assinalados não têm concretização real. Que são movimentos sociais? Para nós, são uma expressão organizada da sociedade civil que não a esgota, pois nela também estão, entre outros, os grupos econômicos, as associações religiosas e os indivíduos. Por movimentos sociais entendemos aquelas ações sociais coletivas permanentes que se opõem a exclu-

<sup>7</sup> Tema que ampliaremos ao final desta exposição. Um caso excepcional que escapa à análise destas páginas são as ONG nas quais, como bem aponta Sorj, há vozerio sem representação ou autodelegação (2005).

<sup>8</sup> Citado por Bartra, 2005, p.327. A democracia como utopia tem sido proposta no âmbito político colombiano pelo ex-magistrado Carlos Gaviria, candidato presidencial do Polo Democrático Alternativo (*El Espectador*, 23-29 de abril de 2006, p.14-A).

sões, desigualdades e injustiças, que tendem a ser propositais e apresentam-se em contextos sócio-espaciais e temporais específicos. Ampliemos sumariamente esta definição para seus diferentes componentes.

Normalmente, as ações sociais coletivas referem-se a ações de mais de dez pessoas, que buscam alterar a conduta do antagonista. Dizemos também que são permanentes ou que tendem a durar no tempo. Neste sentido, os movimentos sociais se diferenciam do protesto, que é um acontecimento mais pontual; além disso, ele não define necessariamente movimentos sociais e nem todo movimento social se expressa com protestos.<sup>9</sup> O argumento central de nossa definição de movimentos sociais é que eles se opõem às exclusões, desigualdades ou injustiças. Em outras palavras, os movimentos sociais ampliam os campos de conflito de uma sociedade. Não se limitam à contradição de classe; incluem-na, mas a extrapolam. Nesse sentido, encarnam os diversos direitos que a nova cidadania reivindica, o que se sintetiza no enunciado do direito a ter direitos (Álvarez, Dagnino e Escobar, 1998).

Indicamos igualmente que os movimentos sociais tendem a ser propositivos, isto é, não são somente reativos, mas também fazem propostas que, como vamos ver mais adiante para o caso colombiano, cada vez são mais políticas, mais universais e, por isso, mais inclusivos. Isso não significa que necessariamente os movimentos sociais têm que ser transformadores radicais da sociedade, mas que,

<sup>9</sup> Por exemplo, as feministas não têm necessariamente que fazer greves para que suas demandas sejam ouvidas. Desta maneira, para Tarrow (1997), nem tudo que se move é movimento social.

conforme afirma Manuel Castells (1997), eles simplesmente mostram os conflitos da sociedade. Nesse sentido, afirma ele, não são nem bons nem maus, não são nem reformistas nem revolucionários, mas expressam os conflitos existentes em uma sociedade concreta. Por último, destacamos que os movimentos sociais aparecem em contextos espaço-temporais determinados. Não é o mesmo falar de protestos na época colonial ou no século XIX, e de protestos no século XX ou no início do século XXI. Da mesma forma, não devem ser postos no mesmo plano os protestos contemporâneos na Europa e os ocorridos na América Latina; no subcontinente há, inclusive, dinâmicas diferentes entre países vizinhos, como se pode constatar com uma sumária revisão do que ocorre no Brasil, na Argentina, Bolívia, Peru, Equador ou Venezuela, em comparação com a Colômbia.

As relações entre movimentos sociais e Estado na América Latina têm oscilado entre o antagonismo e a subordinação. O primeiro pólo do pêndulo – o antagonismo – tem sido alimentado por uma velha inimizade, ligada à tradição jacobina e, sobretudo, marxista, que confronta radicalmente a incipiente sociedade civil com os Estados nacionais em construção. No outro pólo do pêndulo caberia a subordinação total da sociedade civil, quando não a sua aniquilação, como pretenderam os autoritarismos de um ou outro representante político no subcontinente. Entre esses extremos surge a necessidade de uma autonomia por parte dos atores sociais que não significa atrelar-se ao Estado, nem se retirar do cenário de conflito social por um antagonismo intransigente. Isso implica em assumir as regras do jogo da democracia, porém, indo mais adiante, em apostar inclusi-

ve em “democratizar a democracia” ou em construir outra democracia possível (Bartra, 2005).

Feitos estes ajustes conceituais, abordemos as quatro linhas de análise do paradoxal caso colombiano, nas quais veremos, surpreendentemente, que embora haja particularidades históricas e conjunturais, existem também elementos comuns a outras sociedades latino-americanas.

## *2. Colapso ou força seletiva do Estado?*

No caso colombiano tem-se dito muito que há um Estado fraco, ausente, fragmentado, e inclusive em colapso. Todas estas hipóteses têm algo de validade, mas são limitadas tanto na teoria como na prática. A debilidade do Estado parece ser um traço comum à América Latina não somente na preservação de sua soberania territorial – em que a Colômbia não foi exceção, pela traumática perda do Panamá (1903) e os conflitos limítrofes com seus vizinhos, especialmente com o Peru (1932-1934)– como também pela precariedade de sua unidade nacional e da inclusão cidadã. Mas em todo caso trata-se de uma debilidade relativa e diferenciada de nação para nação. Do mesmo modo, falar de ausência estatal é insuficiente, pelo menos para o caso colombiano, já que, ainda que em alguns territórios não se sinta sua presença, em outras áreas, especialmente urbanas, é opressiva. Com razão seria possível perguntar o que significa a “presença” estatal, pois ela não se reduz, como víamos nos ajustes conceituais, à materialidade de instituições como as forças armadas. Presença do Estado é também contar com vias de comunicação, escolas, hospitais, instituições de conciliação e negociação. Da mesma forma, falar em frag-

mentação do Estado implica supor que em alguma ocasião esteve coeso, e isso dificilmente ocorreu na vida republicana, pelo menos da Colômbia. Por último, a hipótese do colapso do Estado foi aventada pelo analista norte-americano Paul Oquist para explicar a violência colombiana dos anos 1950 (Oquist, 1978). Recentemente, Eduardo Pizarro revitalizou-a nos anos 1990 com o objetivo de explicar a extrapolação e a degradação do conflito armado na Colômbia (Pizarro, 2004). Novamente será possível afirmar que a “derrubada” ou o “colapso” do Estado colombiano, ainda que parcial, implica não somente em considerar exclusivamente sua expressão material, como também supor que em algum momento esteve plenamente constituído, tema controvertido para o nosso caso.

Preferimos – conforme autores como Fernán González (González et al., 2002) – falar da presença diferenciada e desigual do Estado, ou então de sua força seletiva: em algumas partes do território nacional ele exerce domínio de forma direta, em outras, negocia com caudilhos políticos regionais, e ainda em outras, não exerce real controle. Aquilo que se vê espacialmente também pode ser observado temporal e setorialmente: em alguns momentos, e para certas áreas o Estado, ele intervém para garantir a estabilidade macroeconômica ou política, protegendo certos interesses particulares, enquanto em outros entrega a resolução de tensões e conflitos nas mãos das forças do mercado, deixando à deriva outras atividades econômicas.<sup>10</sup> É claro que os

<sup>10</sup> Isto pode ser constatado no início dos anos 1990, quando, com a abertura neoliberal, descuidou-se da produção agrária, enquanto se protegeu, às vezes com excessivo zelo, as atividades financeiras (Misas, 2002).

traços de força seletiva do Estado colombiano – que têm seus paralelos na América Latina – reforçam-se com os períodos de violência, mas não é ela que os gera – e suas origens históricas resumiremos a seguir.

Na Colômbia, como em muitas nações latino-americanas, após a queda do império espanhol, irrompem múltiplos poderes locais e regionais que disputam entre si o controle da república nascente. Os partidos políticos liberal e conservador, surgidos em meados do século XIX – e que paradoxalmente se mantêm vigentes –,<sup>11</sup> operaram mais como federações de caudilhos regionais do que como estruturas modernas. As múltiplas guerras civis do século XIX definiram identidades quase culturais mais que programáticas. O mecanismo de relação entre o Estado controlado por um ou outro partido tradicional, e em muitas ocasiões por alianças bipartidárias, foi o clientelismo. Por isso, o Estado colombiano tem sido controlado por ditas federações de caudilhos ou, em tempos mais recentes, pelos grupos empresariais. Em poucas palavras, é um poder público muito privatizado. Esse é o cerne da sua debilidade histórica, ou melhor, de sua força seletiva, pois, nessa lógica privatizante, o Estado deve intervir muito nas matérias de ordem pública, porém, pouco em assuntos econômicos e sociais. Isto é o que alguns autores designaram como modelo “liberal” de desenvolvimento e de manejo da coisa pública (Pecaut, 1987 e Corredor, 1992). Não é estranho que,

<sup>11</sup> Ainda que já em declínio, como se viu nas últimas eleições parlamentares de março de 2006, em que obtiveram cerca de 35% dos votos – 17% e 18%, respectivamente –, enquanto até poucos anos atrás, eram maioria absoluta. Voltaremos a este ponto mais adiante.

nessas condições, o Estado colombiano se sobressaia no concerto latino-americano como pouco interventor e que conte com precárias instituições de bem-estar.<sup>12</sup>

Mais um traço desta lógica privatizante do Estado na Colômbia é o seu relativo descuido com o social.<sup>13</sup> Por este entendemos a ausência de reformas estruturais que beneficiem as maiorias e, sobretudo, a precária institucionalização dos conflitos sociais. Ampliemos brevemente o enunciado. Na segunda metade do século XX, a Colômbia, como muitos países da região, embarcou numa reforma agrária orquestrada pelos Estados Unidos, por meio da Aliança para o Progresso. Seus alcances foram limitados, pois não contou com continuidade. Se no final dos anos 1960 buscou-se inclusive pressionar de baixo tal reforma, o governo seguinte a desmontou.<sup>14</sup> Algo parecido ocorreu com as reformas universitárias e fiscais, para não falar da inexistente reforma urbana.<sup>15</sup>

Se nos ativermos às cifras do componente social nos gastos estatais, concluiremos que houve uma atenção flutuante a assuntos como educação, saúde e moradia, mas que

<sup>12</sup> O casal Collier fala de uma tardia incorporação da classe operária na Colômbia, a qual, em comparação com outros países da América Latina, é precária (Collier e Collier, 1991).

<sup>13</sup> Ponto que ilustramos historicamente em nosso estudo sobre a Colômbia na segunda metade do século XX (Archila, 2003, cap. 6).

<sup>14</sup> Desde 1961, ano de promulgação da reforma agrária, apenas 11% das famílias dos sem-terra se beneficiaram dela. Os camponeses hoje possuem somente 5% da terra própria para cultivo, enquanto os narcotraficantes e os paramilitares controlam 50%, pois se apoderaram de cerca de 4.800.000 hectares entre 1995 e 2003 (Controlaría General de la República, 2005).

<sup>15</sup> Luís Alberto Restrepo afirma que em termos de guerra e paz também se manifesta esta falta de continuidade em “políticas de Estado” (Restrepo, 2006).

o critério de distribuição desses recursos foi clientelista ou, quando muito, assistencialista, e por isso não chegou à população necessitada.<sup>16</sup> Mais grave ainda, desde meados dos anos 1990, é que os gastos militares têm aumentado – o que, para autores como Pizarro (2004), é um sinal de fortalecimento estratégico do Estado –, assim como os de dívida pública, especialmente externa, com a conseguinte diminuição do gasto social.<sup>17</sup> As conseqüências deste precário investimento social se fizeram sentir imediatamente no preocupante aumento dos indicadores de pobreza e desemprego e na deterioração da distribuição da receita.<sup>18</sup> Isso coloca a Colômbia de princípios do século XXI como um dos países de maior desigualdade do mundo.

Se isto é preocupante, há algo que é geralmente ignorado por não ser tão visível como as dramáticas cifras apresentadas. Trata-se da propensão histórica das elites colombianas

<sup>16</sup> Segundo estatísticas oficiais, a proporção do gasto social sobre o total de gasto público passou de 16% em 1950 para 40% em 1970, diminuindo para 32% em 1996 (Archila, 2003, p.350).

<sup>17</sup> Para 2004, enquanto o gasto social escassamente chega a 12% do PIB, o serviço da dívida sobe 16% e o gasto militar passa a 4%, quando historicamente a média é de 2% (Libardo Sarmiento, 2004, p.92).

<sup>18</sup> De acordo com o analista Eduardo Sarmiento, para 2002, o coeficiente Gini – que mede a distribuição de receita – era de 0,60 e o de pobreza marcava 0,66, cifras muito acima das médias históricas para o país (Sarmiento, 2005, p.5). O primeiro oscilou entre 0,57 e 0,58 nos anos 1960 e 70, enquanto que o de pobreza chegou a baixar a 0,49 em 1990 (Archila, 2003, pp.352-4). A taxa de desemprego que com média de 10% nos anos 1990 chegou a superar 20% no começo deste século, diminuindo para 13% em 2004 (Libardo Sarmiento, 2004, p.91). Certamente, parte da diminuição destas cifras corresponde à mudança nas categorias de análise estatística que o governo de Uribe Vélez promove. A este respeito, veja-se a reflexão de Jorge Iván González (2005).

a não institucionalizar os conflitos sociais ou a institucionalizá-los precariamente; em poucas palavras, a não incorporar o povo ao jogo democrático. Nesse sentido, pode-se considerar que na Colômbia não houve populismos no poder que, mesmo discutíveis como foram para a América Latina, produziram uma forma de incorporação do povo à nação (Palacios, 2001).<sup>19</sup> A fraca institucionalização de conflitos é grave porque limita a possibilidade de expressão dos setores subalternos, pilar fundamental na construção da democracia. Contudo, como veremos no final desta exposição, estes setores não são passivos e lutam, às vezes a empurrões, para reverter esta exclusão.

Os partidos tradicionais, salvo algumas conjunturas breves, não buscaram mediar os setores subalternos e o Estado. Utilizaram-nos com fins guerrilheiros ou eleitorais, mas não propiciaram sua incorporação à nação. Tentativas de quebrar esta tradição histórica foram a República Liberal nos anos 1930 e limitados esforços governamentais na segunda metade do mesmo século. Por isso, a imagem estatal para os colombianos é de inércia e abandono, e quando planejam reivindicações, evidencia-se a incorporação da experiência repressiva. Normalmente, acompanhados pelos grandes meios de comunicação, os governos condenaram os protestos populares por considerá-los desproporcionados em seus fins ou meios, isso quando não os associaram a

<sup>19</sup> O populismo agenciado por Jorge E. Gaitán foi frustrado com seu assassinato em 1948, o que provocou a rebelião popular conhecida como “El Bogotazo”. O mais próximo de um populismo no poder foi o governo do general Gustavo Rojas Pinilla nos anos 1950, o qual assumiria claramente um programa populista, quando foi então derrotado em 1970, em eleições bastante controversas.

outra expressão da subversão armada. Era a lógica da guerra fria, que paradoxalmente ainda ecoa no país, mesmo depois de três lustros da queda do muro de Berlim. Obviamente este discurso assume agora outras conotações no quadro da luta internacional contra as drogas e o terrorismo, como veremos a seguir. O resultado desta condenação oficial da ação subalterna, com poucas exceções oficiais, é que quase nunca se percebeu como legítimo o apelo vindo de baixo, e como conseqüência, foram penalizados os que protestavam com o uso de mecanismos de exceção, que se tornaram a regra. Por isso, o Estado não somente desestimula a organização dos subalternos – a criação destas instâncias não lhe compete, assim como não deveria lhe opor obstáculos –, como também, quando a conseguem, procura dividi-los ou inclusive ilegalizá-los, como ocorreu nos anos 1960 com o sindicalismo e os estudantes e nos anos 1970 com os camponeses e indígenas (Archila, 2003).

Porém, o mais grave é que a legislação orientada a institucionalizar os conflitos é colocada em dúvida pelo próprio Estado, isso quando não é abertamente ignorada. O fato de que um dos motivos de maior protesto seja o “descumprimento” de leis e acordos por parte do Estado expressa a gravidade do que acabamos de assinalar. Inclusive, no setor mais institucionalizado, como é o sindical, se avança na desregularização da contratação trabalhista e no enfraquecimento de suas organizações corporativas e dos meios de negociação legalmente reconhecidos.<sup>20</sup> Desta for-

<sup>20</sup> Segundo estudos da Escuela Nacional Sindical (ENS), se a taxa de sindicalização em 2002 só chega a 5,11% da PEA – não é demais lembrar que nos anos 1970 chegou a estar próxima de 15% –, a cobertura da

ma, o Estado perde a possibilidade de regular a convivência e os conflitos entre os colombianos, dando margem ao que um analista francês chamou de “informalização” não apenas da economia como também do conjunto das relações sociais (Pecaut, 1989).

É certo que durante a segunda metade do século XX houve modificações na Colômbia que redundaram em melhor funcionamento democrático. Assim, por exemplo, a exclusão política de forças diferentes do regime bipartidário da Frente Nacional (1958-1974) – que durante 16 anos distribuiu de forma paritária os cargos públicos e os postos de representação, e durante quatro períodos alternou a presidência – foi modificada parcialmente com seu lento desmonte e especialmente com a descentralização e a eleição popular de prefeitos de finais dos anos 1980. Estas conquistas democráticas foram ratificadas pela Constituição de 1991. Porém, a nova Carta abriga uma tensão entre a consagração do Estado Social de Direito e o alento ao neoliberalismo – reflexo das duas tradições que competiram no seu interior, a liberal e a social-democrata. Desta forma, enquanto se consagram a diversidade cultural, os mecanismos de participação popular e a vigência dos direitos humanos em sentido integral, não somente civis e políticos, mas também sociais e culturais, simultaneamente se encorajam a diminuição do aparelho estatal, a autonomia da banca estatal e o impulso às privatizações. A Constituição não foi o esperado pacto de paz, pois ainda que alguns

contratação coletiva é escasso 1,17% (ENS, 2005, p.126). Isto é, os mecanismos legais de negociação são praticamente marginais no universo de trabalho colombiano.

grupos guerrilheiros tenham sido desmobilizados, os armados que ficaram ocuparam o espaço abandonado, e novos atores como o narcotráfico e os paramilitares emergiram com força – questões que analisaremos em breve. Desta forma, os governos dos anos 1990 oscilaram entre a abertura neoliberal e o atendimento ao social, de um lado; e entre a guerra e a paz, de outro. O resultado não é somente a perda de credibilidade no quadro institucional como também o estímulo a uma possível saída através do conflito armado. Tudo isso é muito propício para que uma proposta autortária ganhe aceitação pública, como aconteceu em 2002 com o candidato liberal dissidente Álvaro Uribe Vélez.

Durante os quatro anos de seu primeiro governo, pode-se falar do fortalecimento da capacidade estratégica das forças armadas, tendência que nunca esteve ausente entre os governantes anteriores, inclusive os que impulsionavam os diálogos com a guerrilha. Na realidade, desde os primeiros acordos com a insurgência nos anos 1980, sempre se manteve a decisão de fortalecer as forças armadas com diálogos de paz.<sup>21</sup> O relativo fortalecimento militar se traduziu inclusive em maior presença da força pública no território nacional,<sup>22</sup> mas isso dificilmente significa uma maior e

<sup>21</sup> Nisso há uma curiosa, ou paradoxal coincidência do Estado com a maior guerrilha, as FARC, a qual, desde suas origens, proclamou a “combinação de todas as formas de luta” e, ainda que agora pareçam abandoná-la, durante as negociações com Andrés Pastrana, acordaram “negociar em meio à guerra” (Valencia, 2002).

<sup>22</sup> Eduardo Pizarro indica um crescimento do Exército Nacional, que contava em 2004 com 191.000 integrantes, e da Polícia Nacional, com 97.000 membros (Pizarro, 2004, pp.306-7). León Valencia, por sua vez, calcula que em 2001 havia 128.000 soldados (Valencia, 2002, p.177). Encontrar cifras fidedignas por parte das Forças Armadas é difícil. Nós encontra-

melhor “presença” integral do Estado. O descuido do social continuou e a desinstitucionalização se agrava com a intervenção pessoal e messiânica de Uribe Vélez, desconsiderando-se os canais regulares, inclusive seus ministros e as autoridades locais e regionais eleitas popularmente. Para alcançar os fins que se propõe, não hesita em questionar o ordenamento jurídico. De fato, altos funcionários de seu governo propuseram desmontar aspectos progressistas da Constituição de 91, como a Tutela – um apelo direto do cidadão para preservar seus direitos –, e já aboliu a proibição de reeleição. Atualmente o presidente está obtendo o que a oposição buscou durante muitos anos: enfraquecer os partidos tradicionais. Não somente é a primeira vez que uma dissidência liberal alcança o poder, como também está empenhada em criar uma nova direita sobre as cinzas dos partidos tradicionais.<sup>23</sup> Isso obrigou o setor social-democrata do Partido Liberal a esclarecer sua posição ideológica, aproximando-se da esquerda. Não ocorre o mesmo com o Partido Conservador que, salvo algumas personalidades, está no rastro dos passos do presidente. Para nós, esta polarização, que analisaremos no final deste trabalho, é algo inovador, porém discutível, especialmente pela dose

mos referências que falavam de 96.000 soldados e 80.000 policiais no início dos anos 1990 (Archila, 2003, p.341), o que sugeriria um crescimento substancial no Exército e menor na Polícia. Pouco se diz das outras forças como a Marinha e a Aeronáutica, que estão possivelmente agregadas ao Exército nos dados de Pizarro. O que é mais significativo e confiável é sua indicação de uma maior presença da polícia no território nacional: agora, em 95% dos municípios, quando em 2002 tinha uma cobertura de 85% (Pizarro, 2004, p.304).

<sup>23</sup> É o que alguns autores designaram como um “bonapartismo autoritário” com grandes doses midiáticas (Sánchez, 2005).

que encerra de antipolítica, a qual pode ser funcional ao autoritarismo do presidente – fenômeno no qual a Colômbia não é única no concerto da América Latina. O grande respaldo eleitoral que Uribe Vélez recebeu no processo eleitoral de 2006 propõe outro paradoxo para a democracia colombiana: as maiorias parecem preferir a segurança e a ordem à custa de certa liberdade e de maior equidade. Dificilmente este “fortalecimento” do presidencialismo que debilita outras instituições oficiais e os partidos políticos é o caminho para consolidar o Estado em suas múltiplas funções, e menos ainda para conseguir a almejada democracia.

Com o objetivo de entender a debilidade relativa, ou melhor, o fortalecimento seletivo do Estado colombiano e as dificuldades na construção da democracia, convém observar outras dimensões relacionadas aos processos de globalização e ao conflito armado de que padece o país.

### *3. Os efeitos da globalização*

Os processos de globalização são complexos e não necessariamente todos têm conseqüências negativas para sociedades como a colombiana. Além disso, estas conseqüências não são todas imputáveis à forma de mundialização da economia capitalista. Ainda que a imposição do dogma neoliberal tenha tido efeitos nefastos para a economia colombiana em geral e para o bem-estar dos setores subalternos em particular, também é certo que nos últimos tempos fortaleceram-se mecanismos transnacionais que foram aproveitados para atenuar esses efeitos negativos.

A abertura econômica aos mercados internacionais, que havia se manifestado já antes no modelo gradualista de de-

envolvimento colombiano, adquiriu um caráter avassalador nos anos 1990. Na realidade, nestes anos ocorreu uma abertura “para dentro” que permitiu o ingresso disparado de importações, especialmente de bens de consumo não-duráveis e de luxo, o que afetou não somente a produção industrial como especialmente a do campo (Misas, 2002). Conforme se previa, estas nefastas tendências poderiam se agravar com o acordo antecipado do TLC com os Estados Unidos e o ingresso colombiano no Alca.

Embora a agenda neoliberal tenha mundialmente caído em descrédito nos últimos anos, está longe de deixar de atuar. O desmonte do pouco de estado de bem-estar que a Colômbia tinha e o furor das privatizações por conta de uma suposta eficiência do mercado, longe de diminuir, têm aumentado nos últimos anos, como mostram as recentes liquidações ou vendas de empresas estatais de comunicação e bancárias, assim como a divisão da empresa petroleira, deixando ao Estado a parte menos rentável. Porém, mais a fundo está o descuido, quando não o franco abandono da função social do Estado que já denunciávamos. A proposta neoliberal indica que o Estado só se preocupa com o social pela via do direcionamento do gasto aos mais pobres – os mesmos que o neoliberalismo cria – e por meio de subsídios à demanda. Assim, áreas cruciais de intervenção como a saúde e a educação viram-se profundamente afetadas. A crise da educação pública em todos os níveis, especialmente no universitário, e o fechamento de hospitais é uma das manifestações deste fenômeno. Mas também na frente trabalhista o neoliberalismo atacou a estabilidade e a qualidade do emprego, anulando muitas das conquistas dos trabalhadores em matéria de receitas, prestações e pensões, estabili-

dade trabalhista, capacitação técnica e bem-estar em geral.<sup>24</sup> Desta forma, a agenda neoliberal incorporada com desigual entusiasmo pelos governos colombianos desde 1990<sup>25</sup> afiançou a força seletiva do Estado colombiano.

A abertura neoliberal e em particular a assinatura do TLC no princípio de 2006 – que está dependendo da aprovação dos respectivos congressos –, deixando de lado sócios temporais como Equador e Peru, reforça o unilateralismo com que os dois últimos governos vêm tratando os assuntos internacionais. E não se trata de qualquer unilateralismo; é uma política internacional orientada para – para não dizer “a serviço de” – os Estados Unidos que também se manifesta na agenda contra as drogas e a luta contra o terrorismo, ambas comandadas segundo os ditames de Washington. Ainda que se bata às portas da Comunidade Européia e de países como o Japão e a China, o que conta nas decisões oficiais da Colômbia é uma nova versão do “*respice polum*” – olhar para a “estrela polar”, metáfora do presidente Marco Fidel Suárez nos anos 1910, que significava voltar os olhos para os Estados Unidos (Pizarro, 2004).

<sup>24</sup> Estes aspectos foram impulsionados por César Gaviria (1990-1994) e condensaram-se nas Leis 50 de 1990, de reforma trabalhista, e 100 de 1993, de previdência social. Atualmente corre no Congresso um projeto de lei para rebaixar o salário mínimo, o que afetaria o conjunto dos salários e a capacidade de consumo da população.

<sup>25</sup> Ernesto Samper (1994-1998) quis dar força total à abertura, mas as acusações de vinculação com o narcotráfico produziram uma crise de legitimidade que o fez direcionar o gasto social a objetivos mais pragmáticos para salvar-se de uma condenação no Parlamento, e igualmente enfraqueceu os laços com a comunidade internacional, especialmente com os EUA, nação que não somente o “descredenciou” na luta contra as drogas ilícitas como também lhe negou o visto.

Mesmo que o contexto mundial não favoreça uma atitude muito independente, a Colômbia gastou o pequeno espaço de manobra em uma aproximação unilateral à potência do Norte por algumas prebendas comerciais. O crescimento do cultivo da coca e da comercialização da cocaína, desbancando em importância a Bolívia e o Peru, faz com que o país seja o centro de atenção das políticas mundiais antidrogas.<sup>26</sup> Mas nossas elites consentem e colaboram ativamente para que isso ocorra. Assim, o governo de Andrés Pastrana (1998-2002) superou com vantagem o isolamento a que havia sido submetido seu antecessor e propôs o Plano Colômbia que se enfeitou de propósitos sociais para esconder sua real intenção de guerra contra o narcotráfico e sua suposta aliada, a guerrilha. Os governos Clinton e Bush não apenas acataram a proposta como também a apoiaram com vigor, convertendo a Colômbia no seu maior aliado na região, atitude da qual muitos de seus vizinhos se ressentem. Depois de 11 de setembro de 2001, primeiro Pastrana e a seguir, e de forma mais decidida, Uribe Vélez aderiram à campanha norte-americana contra o terrorismo, buscando solidariedades no enfrentamento interno contra as guerrilhas, as quais tacharam de terroristas. Por isso, ao contrário

<sup>26</sup> Novamente as cifras podem ser enganadoras, mas algo indicam. Ainda que os dados fornecidos por agências norte-americanas mostrem uma diminuição da área cultivada entre 1999 e 2004 (Rojas, 2006, p.67), através de informações recentes da imprensa, os ajustes na medição feita por tais agências mostram um incremento em 2005. Em todo caso, a Colômbia desbanca a Bolívia e o Peru dobrando sua produção de coca (ibid, p.68). A diminuição de áreas cultivadas não significa enfraquecimento nas receitas do narcotráfico, que chegavam a 3,8% do PIB em 1998 (Pizarro, 2004, p.190). Hoje a Colômbia parece produzir 74% da base de coca no mundo (Rojas, 2006, p.44).

do que ocorreu em quase toda a América Latina, Uribe Vélez não teve dúvidas em apoiar Bush na aventurosa guerra contra o Iraque.<sup>27</sup> Desta forma, o Estado colombiano enfraquece ainda mais a sua precária soberania, e faz isso não somente por pressão externa como também por iniciativa própria. Isto nos deixa bastante isolados no concerto latino-americano, conforme ocorre atualmente na ameaça da Venezuela – nosso segundo sócio comercial – de retirar-se da já debilitada Comunidade Andina de Nações (CAN), à qual a Colômbia não prestou muita atenção ao voltar seus olhos para a “estrela polar”.

Embora a globalização manifeste estes traços negativos para a força do Estado colombiano e para o bem-estar de sua população, já dizíamos que nem tudo nela é condenável. Com mais frequência, movimentos sociais de caráter local, nacional e inclusive mundial utilizam diversos mecanismos globais para resistir aos embates do neoliberalismo. Esse é o caso da universalização dos direitos humanos no amplo sentido da palavra e a criação de instituições transnacionais que velam por sua proteção, como a Corte Penal Internacional. No terreno social, por exemplo, foram importantes as disposições emitidas pela OIT sobre proteção trabalhista ou as que obrigam os Estados que a assinaram – e a Colômbia o fez no princípio dos anos 1990 – a consultar as comunidades afetadas por megaprojetos de desenvolvimento ou pela extração de recursos naturais.

<sup>27</sup> Ainda que nos últimos decênios tenhamos tido momentos de mais atividade multilateral, inclusive de proximidade com o resto da América Latina, um antecedente desta atitude unilateralista foi o apoio que o governo de Julio C. Turbay (1978-1982) deu à Inglaterra na sua reconquista das Ilhas Malvinas.

Ainda que na Colômbia não haja altos indicadores de protestos contra aspectos da globalização neoliberal, este tipo de ação não esteve ausente e tende a aumentar com fenômenos como o Plano Colômbia, a guerra do Iraque e as negociações do TLC e da Alca. Além disso, de forma crescente, as lutas locais se projetam globalmente, contando com importantes mostras de solidariedade internacional, como ocorreu nas mobilizações indígenas para preservar seu território de uma exploração petroleira, os U'wa, ou da construção de uma represa hidroelétrica, os Emberá-Katío (Santos e García, 2004). Igualmente, de forma impensável há alguns decênios, camponeses e médios empresários produtores de café, arroz e mel, conectados com redes mundiais, reclamam soberania alimentar e um comércio justo enquanto recebem solidariedade de sindicatos, estudantes, feministas, ambientalistas e outros novos atores sociais. Não faltam, inclusive, os colombianos que em outras partes do mundo se unem aos protestos contra a globalização neoliberal, ou somam forças com cidadãos dos países nos quais residem para denunciar nossos governos. Isso ilustra também certa desterritorialização dos protestos por múltiplas que já não possuem identidades nacionais exclusivas (Hardt e Negri, 2004).

#### *4. Conflito armado: beco sem saída?*

Se o impacto da globalização é generalizado no mundo, embora tenha traços complexos em cada nação, o atual conflito armado parece ser uma característica do caso colombiano que atualmente é compartilhada de forma reduzida com algumas nações africanas e da Europa do Leste.

Mas nem tudo é excepcional na nossa violência, como mostra a história latino-americana.

Já víamos que a Colômbia, do mesmo modo que muitas nascentes repúblicas ibero-americanas, teve dificuldades para conseguir a unidade nacional, que finalmente ocorreu pela combinação de domínio direto do Estado com outro indireto e negociado com os poderes regionais que durante muito tempo confederaram-se nos partidos tradicionais conservador e liberal. Isto deflagrou muitas guerras civis durante o século XIX, nas quais as elites se enfrentaram fazendo dos setores subalternos como bucha de canhão. Isso aconteceu também com a violência dos anos 1950, na realidade uma guerra civil não declarada que confrontou, pela última vez, os partidos tradicionais de forma aberta. Tão logo se apagava o conflito bipartidário no quadro de um novo regime de coalizão da Frente Nacional, surgiram do mesmo modo que nos outros países da América Latina, as guerrilhas revolucionárias alimentadas pelo triunfo cubano. Assim, apareceram as pró-soviéticas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), o Exército de Libertação Nacional (ELN) de traços castristas e um pouco depois o maoísta Exército Popular de Libertação (EPL). Cada um deles em seu momento colocou a desigualdade social e a exclusão política como motivos de sua rebelião. Depois de uma primeira onda de luta armada nos anos 1960 – que envolveu praticamente toda a esquerda colombiana e que teve momentos fulgurantes como quando o sacerdote Camilo Torres ingressou no ELN para entrar em combate poucos meses depois –, estas guerrilhas caíram em refluxo e se revitalizaram numa segunda onda revolucionária alimentada pelo exemplo das guerrilhas centro-americanas.

Nesses anos, um novo grupo armado, de projeções mais urbanas, o Movimento 19 de abril (M-19), foi um grande protagonista. Até então o conflito colombiano tinha características parecidas com os ocorridos em outras partes da América Latina, e era relativamente simples: insurgência contra o Estado.

Nos anos 1980, a situação se complicou porque não somente as drogas ilícitas se converteram no combustível do escalonamento armado, como também aparecerem novos atores, como os paramilitares, os quais foram às vezes fomentados pelo ressentimento das comunidades rurais diante dos desmandos da guerrilha. Porém, também em outras ocasiões foram sustentados por setores da força pública no quadro de uma estratégia contra-insurgente (Romero, 2003). Sua vinculação cada vez mais estreita com as máfias do narcotráfico faz com que hoje seja difícil distingui-los.

Por sua vez, a guerrilha que havia conseguido certa unidade formal no fim dos anos 1980, por meio da Coordenadora Guerrilheira Simón Bolívar (CGSB), polarizou-se no começo do decênio seguinte. Grupos como o M-19, o PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores), o movimento indígena Quintín Lame e a maioria do EPL se desmobilizaram e ingressaram na institucionalidade, participando da Assembléia Constituinte que deu origem à nova Carta em 1991. Os grupos que não se reintegraram no início dos anos 1990,<sup>28</sup> expandiram-se desdobrando frentes e se deslocaram de seu nicho original para áreas de maior riqueza, inclusive as de narcocultivos. Apesar da crescente participação da

<sup>28</sup> Um setor do ELN desmobilizou-se em 1994 como Corrente de Renovação Socialista (CRS).

guerrilha, especialmente das FARC, na corrente do narcotráfico, este continua sendo um meio e não um fim de sua ação, ainda que sem dúvida esta participação traga consequências à sua própria ideologia e à moral de seus membros (Pizarro, 2004 e Valencia, 2002).

Do lado institucional a situação não está melhor. A resposta do Estado à violência política tem sido errante, de curto prazo, em geral com fins eleitorais, e não tem contado com maior continuidade entre os sucessivos governos (Restrepo, 2006, pp.323-28). Algumas conquistas como os diálogos dos anos 1980 ou as desmobilizações no começo dos anos 1990 não estiveram isentos do banho de sangue que segue envolvendo a nação e, em todo caso, não conseguiram silenciar os fuzis.

Os fatores descritos fazem com que a confrontação armada na Colômbia prolongue-se além do que ocorreu na América Central e no Peru, as experiências mais próximas e, sobretudo, porque ao envolver crescentemente a população civil, se degrade até se converter em uma das piores crises humanitárias que o mundo presencia atualmente.<sup>29</sup>

<sup>29</sup> No início dos anos 1990, a Colômbia chegou a ter o segundo maior índice de homicídios do mundo, depois de El Salvador: 78 por 100.000 habitantes em 1991 (Archila, 2003, p.237). Ainda que tenha baixado – em 2002 chegou a 66 –, continua sendo muito alta em termos comparativos. A violência política seria responsável por 15 a 20% desses crimes (Pizarro, 2004, p.54). Algumas cifras adicionais ilustram a magnitude de nossa crise humanitária: entre agosto de 2002 e dezembro de 2004 foram denunciados 414 casos de desaparecimento forçado, 3.127 execuções extrajudiciais, 491 casos de tortura e 1.437 ameaças de morte. Quanto às violações do IDH, somente em 2004 registraram-se 2.218 infrações graves contra civis, mortos, feridos, torturados e ameaçados, enquanto se registraram 895 combates com 1.906 combatentes feridos ou mortos (Observatorio de Derechos Humanos y Derecho Humanitario

Entender o conflito armado colombiano é um verdadeiro quebra-cabeça. E isso porque não se trata de um mero exercício acadêmico. Cada interpretação implica caracterizar os atores e o próprio conflito, o que tem evidentes conotações políticas. Pode-se condenar a violência eticamente, como o fez a maioria dos colombianos, inclusive a esquerda democrática, porém, é diferente de se negar a entendê-la. Por isso, concordamos com muitos autores, os quais – contra a opinião do atual governo de Uribe Vélez – reivindicam o caráter político do conflito, de modo que o componente do narcotráfico e as ações terroristas obscureçam cada vez mais esse caráter (González e outros, 2002, Valencia, 2002 e Pizarro, 2004). Nesse sentido, o conflito colombiano enquadra-se em dinâmicas históricas e estruturais, ainda que com particularidades em cada conjuntura. Assim, diante da fraca presença estatal em regiões de fronteira, primeiro a guerrilha e a seguir os paramilitares, converteram-se em reguladores dos conflitos e em criadores de ordens paraestatais. É o que uma socióloga chama também de soberanias em disputa (Uribe, 1997). Claro que se isto funciona em âmbitos locais, nos planos regional e nacional predomina a lógica de controle territorial e a consolidação de “corredores” para o abastecimento de armas e equipamentos e a saída da droga para os mercados internacionais (González et al., 2002).

O caráter político do conflito não quer dizer que corresponde simplesmente a “causas” como a desigualdade

de la CCEEU, 2005, pp.145-6]. A cifra de transferências internas está calculada em três milhões, um pouco menos que 10% da população total do país.

ou a precariedade democrática, conforme reivindica a insurgência.<sup>30</sup> Inclusive, modificações progressistas para a democracia, longe de diminuir a confrontação armada, a retroalimentam. Esse é o caso da descentralização, que sendo uma conquista democrática – pois favorece a maior participação cidadã –, na Colômbia acaba estimulando os atores armados pelo manejo que podem fazer dos orçamentos locais e regionais. Isto é o que se conhece como “clientelismo armado”. Por sua vez, a descentralização favorece um maior protagonismo das elites regionais e locais, as quais, por medo de se verem desbancadas por novas forças políticas, constroem alianças com atores armados ilegais, enfraquecendo ainda mais o Estado (Romero, 2003). Por isso consideramos que o caráter político do conflito reside mais na mútua debilidade do Estado e da sociedade civil que estritamente em “causas” como a pobreza ou a limitação da democracia.

Para entender melhor a complexidade da nossa confrontação armada resta considerar o aspecto geopolítico. Ainda que o conflito colombiano seja um conflito interno, sempre teve conotações globais. No passado foi mais a lógica da guerra fria do que uma efetiva participação de potências estrangeiras na nossa confrontação. Isso explica, em parte, por que continua vivo inclusive depois da queda do muro de Berlim. Certamente a dimensão global tem hoje traços

<sup>30</sup> Pizarro chega a dizer que, na contramão do que é anunciado pela guerrilha, o conflito armado aumentou a desigualdade da sociedade colombiana (Pizarro, 2004, pp.252-3). Claro que esta colocação é um tanto ingênua, pois a insurgência pode argumentar que ela busca a tomada do poder para transformar a sociedade e não meras reformas no quadro do capitalismo.

que demarcam, mas não determinam totalmente o nosso conflito. A guerra contra o terrorismo depois de 11 de setembro de 2001 traz um novo contexto ao conflito colombiano. Já vimos como os últimos presidentes acatam sem grandes reservas a agenda antiterrorista norte-americana. De certa maneira, isso lhes serve para catalogar os atores armados ilegais como terroristas, desvirtuando, em seu favor, o caráter político do nosso conflito.

Assim, a superposição de lógicas (locais, regionais, nacionais e ainda globais), a multiplicidade de atores e as errantes respostas oficiais fazem do conflito armado colombiano uma verdadeira confusão, na qual a população civil, especialmente nos campos, é a mais afetada.<sup>31</sup> Dessa forma, constatamos os seus efeitos, tanto físicos – assassinatos, detenções arbitrárias, deslocamentos e exílio de dirigentes, ativistas sociais e políticos –<sup>32</sup> quanto no enfraquecimento

<sup>31</sup> Pizarro insiste em quantificar os “custos econômicos” (diretos e indiretos) do conflito armado na Colômbia, porém, apresenta cálculos muito díspares, que flutuam entre 0,5% e 6% do PIB (Pizarro, 2004, pp.236, 249 e 252).

<sup>32</sup> Além dos dados já apresentados de violação dos Direitos Humanos e do IDH, alguns números sobre os atores sociais ilustram o que foi indicado: segundo Miguel Ángel Beltrán, entre 1974 e 2004 foram assassinados 2.118 indígenas (Beltrán, 2005, p.93); no caso dos sindicalistas, de acordo com a ENS, entre 1991 e 2002 foram assassinados 1.504 ativistas e 421 dirigentes trabalhistas (dados citados por Delgado, 2004, p.56). Ainda que o governo insista em que houve diminuição de violações aos direitos humanos contra sindicalistas, os números não permitem chegar a esta conclusão. Segundo a mesma ENS, entre 7 de agosto de 2002 – data da posse de Uribe Vélez – e 1º de junho de 2005, registraram-se 1.761 violações aos direitos humanos contra ativistas trabalhistas, enquanto nos três últimos anos de Pastrana a cifra foi de 1.633, isto é, houve um aumento de 7,8%. Quando se trata de mulheres sindicalistas, a situação se torna ainda mais dramática, pois passamos de 187 denúncias nos três

das organizações sociais até submetê-las ou fazê-las desaparecer, especialmente nas zonas de conflito armado mais acentuado, sem falar do genocídio contra organizações políticas como a Unión Patriótica.<sup>33</sup>

Diante desse panorama de horror, os setores subalternos na Colômbia não são passivos e, embora possam dar respostas contundentes e de grandes proporções, precisamente pela capacidade de coerção dos diversos grupos armados, levantam valentemente sua voz de protesto e propõem saídas para o conflito armado.<sup>34</sup> De maneira menos freqüente, porém mais notável, diversas comunidades rurais, especialmente os indígenas do Cauca, têm promovido heróicos atos de “resistência civil” contra a insurgência, os paramilitares e os desmandos da força pública (Peñaranda, 2006, pp.554-9).<sup>35</sup>

últimos anos de Pastrana para 529 denúncias nos três primeiros de Uribe – um aumento de 187,5% (ENS, 2005, p.132).

<sup>33</sup> A Unión Patriótica foi resultado dos colóquios de paz entre as FARC e o governo de Belisario Betancur (1982-1986). Fala-se em geral de mais de três mil assassinatos por esse movimento desde 1986. Uma investigação não publicada do professor Iván Ortiz documenta 1.095 casos nos anos de 1986-1990.

<sup>34</sup> Segundo a Base de Dados sobre Lutas Sociais do Cinep, o repúdio à confrontação armada, a busca de uma solução política para o conflito, bem como a exigência do respeito aos direitos humanos e ao IDH constituem o principal motivo dos protestos desde os anos 1990. Em outra Base de Dados sobre Ações pela Paz, do mesmo Cinep, constata-se que referidas ações aumentaram desde os anos 1990, em particular desde 1997, chegando a mais de 50 por ano.

<sup>35</sup> Algumas autoridades locais e regionais tentaram promover atos de “resistência”, que já não são tão civis, mas que alcançaram ter algum impacto de influência decisiva. O próprio presidente Uribe tentou cooptar estes métodos na sua luta contra o terrorismo, sem obter o êxito que teve em outras frentes. Este fenômeno, em todo caso, matiza a idéia de um Estado monolítico e ilustra a fluidez do social e do político na Colômbia.

Outras têm promovido “comunidades de paz” com o objetivo de afastar de suas regiões, ainda que temporariamente, os atores armados (García et al., 2005). Esses esforços, como em geral acontece com os que são deflagrados pela sociedade civil em favor da paz, não têm conseguido mudar o rumo da guerra na Colômbia. Embora não sejamos especialistas nessa questão, atrevemo-nos a defender que a saída do conflito depende especialmente de que as partes – Estado e atores armados ilegais – reconheçam a necessidade de negociar, o que parece estar distante no caso colombiano.<sup>36</sup> Sem dúvida, o fortalecimento de um ator político que pressionasse a saída política seria um passo fundamental (Valencia, 2002), mas isto não é um fato consumado na Colômbia, porque a sociedade civil está dividida hoje entre a paz ou a guerra, em decorrência da mudança na dinâmica do conflito armado.

O Estado, depois de vinte anos de combinar diálogos de paz com fortalecimento do aparato militar, em 2002 inverteu os termos da sua proposta. Isso foi influenciado pelo fracasso das negociações com as FARC no contexto internacional da campanha antiterrorista depois do 11 de setembro de 2001. Andrés Pastrana, de maneira improvisada e com reservas eleitorais, apostou em um processo de paz com a perspectiva de criar confiança na contrapartida, sem sacrificar o rearmamento das forças armadas. Dessa forma, em janeiro de 1999 foi concedida às FARC uma zona

<sup>36</sup> Pizarro acredita que estamos em um ponto de inflexão que nos aproxima do final do conflito armado pela suposta superioridade estratégica da força pública (Pizarro, 2004), mas isso não é compartilhado pela maioria dos analistas, como demonstra o recente livro do Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales (IEPRI) da Universidad Nacional de Colombia (2006).

desmilitarizada, chamada de distensão, com uma área de 42.000 km<sup>2</sup> – tão grande quanto a Suíça, ainda que pouco povoada. A insurgência, por sua vez, chegou à mesa de negociação se impondo com suas conquistas militares a partir de 1996, como resultado da sua decisão de privilegiar a ação militar sobre a política e da utilização de novos elementos táticos (Valencia, 2002). Nenhuma das partes estava convencida de que a negociação era a única saída; vale lembrar que os diálogos eram um parêntese na guerra, e não o princípio do seu fim. Isso não foi percebido pela sociedade civil, que de fato estava convencida da grande oportunidade política que as negociações na zona de distensão representavam. Por isso, compareceu às audiências públicas com intermináveis discussões programáticas.<sup>37</sup> Mas o processo não podia chegar a nenhum termo porque negociar em meio ao conflito era deixá-lo seguir sua própria dinâmica. Isso se fez evidente em 20 de fevereiro de 2002, quando Pastrana declarou suspensas as conversações com as FARC.

Com o ELN, a outra força insurgente ativa, não houve diálogos nesse momento, porque a sua atividade militar era menos notável e porque ela mesma apostou em conversar mais com a sociedade civil do que com o Estado. Contudo, houve tentativas de criar outra zona desmilitarizada com esta guerrilha, ainda que muito mais limitada do que com as FARC. Porém, os povoadores da área (em Magdalena Medio) se opuseram, em parte pressionados pelos paramilitares, os quais sentiam que com isso perdiam territórios conquistados a ferro e fogo (Archila et al., 2006).

<sup>37</sup> Segundo León Valencia, 23.795 pessoas desfilaram pela zona de distensão para ouvir 1.069 exposições (2002, p.50).

O resultado destes fracassos nos diálogos com a insurgência é uma virada da opinião pública para o discurso de Álvaro Uribe Vélez, o qual há anos tem sido um inimigo persistente de qualquer negociação com a guerrilha para privilegiar a saída militar. Desse modo, chega ao poder no primeiro turno em 2002 e inaugura a sua política de “Segurança Democrática”. Segundo Eduardo Pizarro, ela tem quatro eixos: a) reconstrução do Estado e da governabilidade democrática; b) quebra das “economias de guerra”; c) superação do “empate negativo” pelo fortalecimento estratégico da força pública; e d) uma vez que se dêem as condições anteriores, devem ser promovidas negociações com os atores armados ilegais (Pizarro, 2004, capítulo 7). Por trás destas estratégias há um projeto autoritário que foi denunciado por intelectuais, ativistas sociais e as ONG de direitos humanos. Segundo estas denúncias, o governo de Uribe Vélez desconhece que haja um conflito armado, e na verdade, insiste na luta contra o terrorismo, envolvendo a população civil nesta guerra, negando princípios do IDH, como o da “distinção” entre combatentes e não combatentes e o da “imunidade” ou da exigência aos atores armados de não converter os civis em alvo militar (Zuluaga, 2005, p.3).

Recentemente, na sua campanha como candidato à reeleição, o presidente Uribe ratificou a sua visão do conflito no qual ressoam ecos anacrônicos da guerra fria: “o país vai ter que escolher entre a defesa da política de Segurança Democrática e o comunismo disfarçado que pretende entregar a pátria às FARC” (*El Tiempo*, 6 de maio de 2006, p.I-6). Como quem diz, quem não está com ele é um “comunista disfarçado”, mas não um comunista qualquer, senão um que “entregará a pátria às FARC”! Neste fogo cruzado, a

população civil acaba sendo a vítima, o que constitui o cerne da crise humanitária que o país atravessa e que está longe de se resolver.<sup>38</sup>

No entanto, a administração de Uribe Vélez não fecha as portas ao diálogo, mas o relega ao segundo plano, salvo no caso dos paramilitares, com os quais empreendeu um discutível processo de negociação. Assim, até o momento – maio de 2006 –, foram desmobilizados 31.431 ativos (muito acima dos cálculos iniciais), que entregaram somente a terça parte das armas.<sup>39</sup> Dentro da chamada Lei de Justiça e Paz, que pretende dar cunho jurídico a esta desmobilização (e a outras eventuais com a guerrilha), apenas menos de 5% dos paramilitares confessaram crimes para serem julgados penalmente, dos quais cerca de 50 foram eximidos por figurar como “comandantes” desses grupos, e os demais rapidamente serão isentados, porque há muitas reduções para estas penas. De qualquer modo, o castigo máximo para aqueles que se valham desta lei será de oito anos, enquanto a legislação normal tem como pena máxima 40 anos. Dessa maneira, os massacres cometidos por eles não serão castigados, o que significa uma grande im-

<sup>38</sup> Nesse contexto ocorrem as violações dos direitos humanos já mencionadas, às quais se somam as crescentes “detenções arbitrárias”, que, entre 7 de agosto de 2002 e 7 de agosto de 2004, foram 6.332 em 507 eventos, o que equivale a 8,7 pessoas detidas diariamente. O caráter maciço e indiscriminado destas medidas demonstra-se no fato de que em somente 77 eventos foram detidas 5.535 pessoas, que de modo geral foram logo postas em liberdade porque não se encontrou relação delas com a insurgência (Observatorio de Derechos Humanos y Derecho Humanitario de la CCEEU, 2005, p.147).

<sup>39</sup> *El Tiempo*, 20 de abril de 2006, p.I-2. Com justa razão pergunta-se onde estará o resto das armas.

punidade. Também não haverá esclarecimento total da verdade e menos ainda uma completa restituição às vítimas.<sup>40</sup> Isso leva à triste conclusão de que o processo com os paramilitares é um embuste, pois não somente não há uma desmontagem total das estruturas militares – não foram entregues todas as armas, alguns não se desmobilizaram (calcula-se que 1.500 continuam armados) e outros voltaram a exercer violência –, como também suas atividades econômicas e políticas continuam ativas.<sup>41</sup> O que mais preocupa os paramilitares é a ameaça de extradição para os Estados Unidos ou a eventual ação da Corte Penal Internacional. Por isso aderem ao presidente-candidato como tábuas de salvação, dada a condição discricionária de que goza o governo para extraditá-los.<sup>42</sup>

<sup>40</sup> Uma recente sentença da Corte Constitucional, ainda que reafirme a citada lei, lhe antepõe algumas restrições cruciais: declarar o paramilitarismo como delito comum e não político, deixar vigentes as penas dos que já estão acusados, exigir a confissão de toda a verdade, indenizar as vítimas com os bens despojados e não contabilizar o período de diálogos para redução de pena. Isso, sem dúvida, a modifica, reduzindo seus alcances – o que provocou iradas respostas dos desmobilizados e seus aliados –, mas deixa intactos elementos críticos de fundo como os aqui denunciados (*El Tiempo*, 19 de mayo de 2006, pp.2-8).

<sup>41</sup> Alguns políticos apontados por terem laços com os paramilitares conseguiram ser novamente eleitos em março de 2006, apesar de terem sido expulsos de partidos, inclusive de alguns uribistas. Suas estruturas econômicas pouco foram tocadas, salvo em alguns casos de evidentes atividades ligadas com o narcotráfico. Como se fosse pouco, a revista *Cambio* calculava que 2.500 paramilitares mantinham-se armados, ou haviam engrossado novas frentes (*Cambio*, 12-18 de junio de 2006, pp.20-6).

<sup>42</sup> Recentes denúncias de infiltração paramilitar em um organismo de segurança ligado à presidência (DAS), além de sinais de corrupção, põem em dúvida a distância que o governo pretende demonstrar manter destes atores armados ilegais.

As discutíveis negociações com os paramilitares e os primeiros passos dados com o ELN pareceriam corresponder a uma estratégia de isolar as FARC para enfrentá-las diretamente em termos militares e assim subjugar-las para que voltem à mesa de negociação. Elas, por sua vez, embora tenham procedido a um recuo tático, não estão derrotadas. Igualmente se negam a dialogar com o governo, mesmo sobre assuntos humanitários, a menos que lhes concedam de novo um território substancial.<sup>43</sup>

Para concluir este ponto, nenhuma das partes no conflito está convencida da necessidade de negociar e, ainda que setores da sociedade civil tentem pressioná-las, pouco podem conseguir diante desta mútua intransigência. A reeleição de Álvaro Uribe Vélez no primeiro turno, em 28 de maio de 2006, em que obteve quase dois terços da votação – quase 10% mais do que conseguiu há quatro anos –, será prólogo da ênfase militarista mais que política do conflito armado colombiano. Com isso, não somente haverá mais guerra como também a democracia colombiana continuará se enfraquecendo, porque o ideal do fortalecimento mútuo do Estado e da sociedade civil continuará distante. Porém, por sorte, as pessoas não se resignam diante deste cenário obscuro. Vejamos este componente marcante na utopia democrática colombiana.

<sup>43</sup> Subsiste nas FARC uma demanda territorial que de alguma maneira reflete a busca de reconhecimento nacional e internacional como “força insurgente” e não terrorista. Isto é traduzido de forma pragmática por um de seus comandantes, o “Mono Jojoy”, ao dizer: “passarão alguns anos e voltaremos para solicitar vários departamentos, ou simplesmente para salvar o que sobrou de nós, sentado à mesa, em algum lugarejo da Alemanha”, em alusão aos esforços depreciativa ao ELN (Valencia, 2002, p.79).

## 5. *A construção da democracia de baixo para cima.*

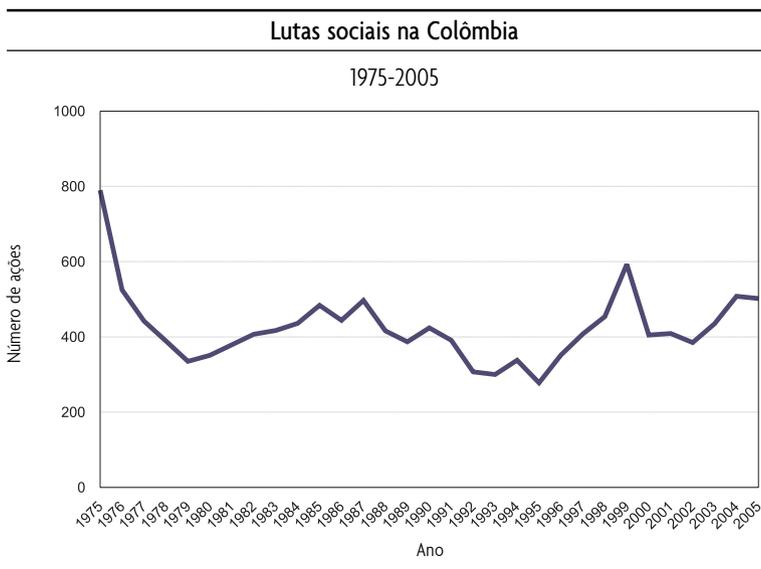
Para analisar a contribuição dos movimentos sociais à construção da democracia na Colômbia, consideraremos brevemente o que mostram os protestos sociais e a seguir estudaremos os novos contextos da ação política a partir da esfera social.<sup>44</sup>

Segundo as fontes do Gráfico 1, o total de lutas sociais na Colômbia entre 1975 e 2005 é de 13.130. A média anual para estes 31 anos é de 423 protestos, quase três vezes superior à média histórica entre 1958 e 1974, que foi de 173 por ano (Archila, 2003). Constatam-se três picos de atividade que coincidiram com momentos de reforma política ou de diálogos com a insurgência – 1975, 1985-87 e 1999. Porém, não se poderia concluir apressadamente que há uma total correlação entre democracia e protesto, pois houve outros momentos reformistas que pouco suscitaram mobilização social.<sup>45</sup> Por isso mesmo, chamam a atenção as cifras dos dois últimos anos, contra uma percepção comum que supunha que durante o governo de Uribe Vélez houvesse diminuído o protesto popular.

<sup>44</sup> Nesta seção apoiamos-nos na Base de Dados de Lutas Sociais que o Cinep constrói desde 1975 com base em informação de dez jornais. Como se dizia no item conceitual, o protesto é uma forma de tornar visíveis os movimentos sociais, mas não é a única. Do mesmo modo, nem toda luta pontual gera movimento social.

<sup>45</sup> Tal foi o caso do princípio dos anos 1990, quando se produziu a desmobilização de importantes contingentes guerrilheiros ou de meados do mesmo decênio, quando se tentou certo reformismo social. Tanto em um como no outro caso, há atenuantes, como a apressada abertura neoliberal de Gaviria ou a crise de governabilidade de Samper. Para uma análise mais detalhada destas tendências, ver Archila, 2003 e Archila et al., 2002.

Gráfico 1



Fonte: Base de dados sobre lutas sociais, Cinep.

A informação que alimenta o Gráfico 1 projeta luzes também sobre algumas tendências das lutas sociais na Colômbia na última parte do século XX e princípio do XXI. Ainda que haja mutantes protagonismos dos atores sociais, destaca o peso dos que têm uma identidade de classe: operários e camponeses. Entretanto, esses últimos diminuíram sua visibilidade em termos de protestos, o que é mais uma consequência do conflito armado colombiano, entre outros fatores. Algo semelhante ocorre com os estudantes, porém de forma menos dramática do que com os camponeses. Por outro lado, cobra protagonismo o setor de “povoadores urbanos”, um ator poli-classista por definição. Esses quatro setores dão conta de mais de 90% dos protes-

tos observados no país nos últimos 31 anos. Isso sugeriria o peso de demandas por igualdade de classe, o que é parcialmente ratificado quando se observam os motivos das lutas sociais.

De fato, embora historicamente mais da metade das demandas tenha se relacionado a assuntos “materiais” – salários e emprego, terra e moradia, serviços públicos domiciliares e serviços sociais –, desde os anos 1990, as exigências mais políticas – descumprimentos de leis e pactos, respeito aos Direitos Humanos e ao IDH, papel das autoridades e debates políticos, incluindo o conflito armado – assumem crescente importância para constituir o grosso dos protestos atuais.<sup>46</sup> Isso não significa que a Colômbia tenha solucionado os problemas materiais de pobreza e desigualdade, mas sim que o conflito armado exige dar prioridade ao respeito pela vida e pelas garantias constitucionais. Como dizíamos no início, nosso caso é um exemplo, talvez extremo, da construção de uma cidadania civil e política em permanente disputa. Convém ressaltar também que os protestos por respeito às diferenças étnicas, culturais, de gênero e de opção sexual, ainda que não sejam muito numerosos, tenderam a aumentar nos últimos anos, em consonância com os ventos que sopram em outras partes do planeta.<sup>47</sup>

<sup>46</sup> Não é demais lembrar o que já se dizia sobre as múltiplas ações a favor da paz e os eventos de “resistência civil” aos atores armados ilegais ou aos exageros da força pública.

<sup>47</sup> A recente sentença da Corte Constitucional, que descriminaliza o aborto em casos de violação, malformação do feto e comprometimento da saúde da mãe, é um exemplo limitado e talvez tardio, em comparação com outros países, mas significativo na luta pelos direitos das mulheres (*Cambio*, 15-19 de mayo, 2006, pp.30-2). Este fato sugere reflexões sobre o uso da lei para avançar na emancipação, tema que escapa a estas pági-

A análise da localização espacial das lutas sociais permite igualmente interessantes reflexões para o tema que nos ocupa. São as áreas mais desenvolvidas em termos econômicos, com maior presença estatal em forma integral e com mais “capital social” – condensado em organizações sociais e maior participação política – as que mais protestam.<sup>48</sup> Novamente parece que a luta social pode ser mais bem exercida em espaços mais democráticos, mas também vale o contrário: uma democracia se fortalece se permite a expressão do descontente. Para nossa leitura da “lógica” dos protestos sociais, isso nos permite ratificar que não é a privação absoluta o que motiva o protesto social, mas sim a percepção de uma distribuição desigual da riqueza (Archila, 2003, capítulo 8).

Em termos territoriais houve também, até os anos 1990, uma tríplice associação entre zonas de criação de novas fontes de receita – petróleo, metais preciosos, plantações de bananas ou de coqueiros e, ultimamente, cultivos ilícitos –, maiores indicadores de violência e números altos de protestos. Dizemos que houve esta associação até os anos 1990, porque a partir da implantação dos paramilitares em muitas destas áreas ou da consolidação das FARC em outras,

nas mas que introduz novos horizontes para a luta social e política na Colômbia, segundo Santos e Garcia (2004).

<sup>48</sup> Isso pode ser um exemplo de como Estado e sociedade civil se fortalecem mutuamente. De fato, um estudo feito pela Fundación Social sobre participação cidadã no plano local conclui que os mais altos índices são apresentados por aqueles municípios onde o Estado tem maior presença em termos de gasto público, visibilidade das instituições, quadro de funcionários e possibilidades de tramitar demandas e manejar conflitos (Sarmiento y Álvarez, 1998, pp.135-6).

os protestos sociais diminuiriam notavelmente nessas regiões, transformando a distribuição espacial das lutas sociais.<sup>49</sup> A ausência de democracia as afoga mas não as anula, pois felizmente ainda há aqueles que desafiam estas ordens paraestatais.

O que os dados resumidos mostram, grosso modo, é que apesar da degradação da violência e de seus efeitos negativos para a sociedade civil, como já descrevemos, os indivíduos não se resignam e tratam de desempenhar um papel ativo, pelo menos para se proteger de seus efeitos devastadores. Além disso, as análises dos protestos mostram que, sem dúvida, os atores sociais contribuem para a democracia, pressionando por uma cidadania integral, não apenas civil e política – dimensões a serem conquistadas permanentemente – como também social. Exigem igualdade sócio-econômica, porém, com respeito crescente pela diferença cultural. Sua atividade não se limita, no entanto, ao protesto; abrange também um amplo espectro de ações sociais e novas formas de incursão no terreno político. Ampliemos estes outros aspectos para obter um quadro mais completo da ação dos subalternos em prol da utopia democrática na Colômbia.

Já sinalizamos a tendência a uma crescente incorporação de temas políticos nas lutas sociais desde os anos 1980. Pois bem, observando atentamente o Gráfico 1, há dois pontos de aumento da média de lutas nos últimos sete anos: 1999 e 2004 (com 593 e 509 ações, respectivamente). O que chama a atenção nestes dois momentos não é somente o

<sup>49</sup> Com uma equipe de pesquisadores do Cinep, elaboramos esta análise para o caso do Magdalena Medio (Archila et al., 2006).

número de protestos, mas também os assuntos que se debateram na esfera pública: o Plano de Desenvolvimento do governo de Andrés Pastrana e as propostas de referendo e reeleição do atual mandante Álvaro Uribe Vélez. Em ambos os casos foram produzidas ações de grande representatividade e de cobertura nacional, sem que necessariamente reflitam a maior parte da opinião pública, que parece caminhar por outra via, especialmente durante o último governo. A conjuntura de 1999 serviu para aclimatar a proposta lançada pelo sindicalismo de criar uma Frente Social e Política (FSP) que teve uma destacada presença na vida pública nacional desde esse momento até se fundir no Pólo Democrático Alternativo (PDA). A partir de 2003, as mesmas forças de esquerda social e política, às quais se somam setores do centro liberal, atribuíram-se a derrota do referendo uribista que pretendia mudar a Constituição, e se propuseram a enfrentar a reeleição do presidente, sem que neste caso o êxito estivesse garantido (Rodríguez, Barret e Chávez, 2005). Deve-se ressaltar, igualmente, que neste processo de politização, a esquerda social e política expressa no recém constituído PDA afasta-se cada vez mais claramente da opção armada encarnada pela insurgência.

Fruto destes impulsos e de outros menos visíveis por estarem inscritos nos âmbitos local e regional, há indícios de uma subida significativa da esquerda na Colômbia. Desde finais da década de 1980 e princípios da seguinte, líderes e ativistas dos movimentos sociais não somente ascenderam às bancadas dos corpos representativos locais e nacionais, como também chegaram, por voto popular, a prefeitos e governadores. Isso é resultado da busca de representação direta dos atores sociais diante da crise política. A novida-

de atual reside em dois fatores: por um lado, na formalização de organizações políticas hoje unificadas no PDA, sem negar as tensões existentes em seu interior; por outro, na conquista, em outubro de 2003, de alguns dos cargos mais importantes depois da presidência da República, como é o caso da prefeitura da capital, Bogotá, e o governo do Valle del Cauca, o segundo “departamento” em termos socioeconômicos depois de Antioquia. Poderia parecer que a crescente polarização política na Colômbia, fruto da diminuição do centro durante o mandato de Uribe Vélez, oferecia maiores possibilidades para que uma “nova” esquerda democrática ascendesse ao poder nacional (Rodríguez, Barret e Chávez, 2005).<sup>50</sup> E nesse sentido, estaríamos em consonância com os ventos que sopram na América Latina, ainda que no momento sejamos governados por uma “nova” direita.

A irrupção de atores sociais na política, inclusive eleitoral, é um sinal positivo de ampliação de seus horizontes de luta e de maturação de processos organizacionais, o que renova a política, pois deixa de ser um privilégio das elites ilustradas de direita e esquerda. O curioso é que esta renovação de baixo para cima pressionou a formalização de estruturas políticas, exigidas, por sua vez, por recentes reformas políticas. Dizemos que é curioso porque em ter-

<sup>50</sup> Nas últimas eleições parlamentares de abril de 2006, o PDA obteve pouco mais de 10%, cifra reduzida em termos comparativos, mas significativa para a Colômbia, onde mal chegava a 5%. Nas eleições presidenciais de maio, o candidato do PDA, Carlos Gaviria, obteve pouco mais de 22% do total de votos, cifra histórica para a esquerda na Colômbia. Estes resultados e a derrota do candidato oficial liberal, Horacio Serpa, deixam o PDA como a segunda força política do país e como o eixo da oposição ao segundo governo de Uribe Vélez, elementos que confirmam as hipóteses esboçadas neste ensaio.

mos comparativos, na Colômbia, a esquerda teve uma tradição mais partidarista – inclusive reforçada pela guerrilha que se comporta como Organización Político Militar (OPM) – que movimentista, como ocorre, por exemplo, na Bolívia e no Equador (Rodríguez, Barret e Chávez, 2005). Isso bem pode ser reflexo da relativa debilidade histórica de nossos movimentos sociais, situação que começa a mudar em tempos recentes.

Nesses processos, que não duvidamos em catalogar como positivos para a democracia colombiana, ainda que não sejam resultado exclusivo da ação da esquerda, há pelo menos dois riscos. Um reside em que a esquerda social e política reunida no PDA tem em seu interior correntes diversas que até pouco tempo não podiam ser vistas. O “canibalismo” tradicional da esquerda recriou-se em nosso meio por diferenças ideológicas e por velhos alinhamentos internacionais, que felizmente agora estão em desuso. Estas diferenças bem podem alimentar uma saudável pluralidade – um sinal dos tempos na nova esquerda, em contraposição à unanimidade dos partidos comunistas –, como podem significar uma ameaça à sua unidade e à coerência da sua ação política.<sup>51</sup>

<sup>51</sup> Aqui também se vêem ensejos de inconformidade com os governos locais e regionais de esquerda por parte de setores radicais que se perguntam onde está a diferença da direita. Um pouco disso se viu no precário apoio do PDA ao prefeito Garzón na recente greve de transportes em Bogotá, em 2 e 3 de maio. São manifestações parecidas às que se observam em outras partes do continente, mas ainda é prematuro falar de rupturas definitivas. Em todo caso está para ser rigorosamente avaliado o papel desempenhado pela esquerda nesses âmbitos locais e regionais, a fim de se formar um juízo mais preciso, o que esperamos empreender em breve.

O outro risco é que, ainda que haja uma positiva integração entre esquerda social e política, esta é ainda frágil, porque se referem a lógicas que tradicionalmente andam separadas. É claro que nem todos os movimentos sociais são por definição de esquerda e que sua ação política não se restringe ao cenário eleitoral; pelo contrário, cobre uma ampla gama de atividades no terreno público, como as descritas nas lutas sociais.<sup>52</sup> Porém, inclusive quando passam à política nem sempre é porque querem qualificar suas lutas. Este passo também pode ser resultado da desinstitucionalização alimentada de cima, conforme analisávamos. Diante da crise de organizações como os sindicatos e de velhas estruturas partidárias, além do recorte de saídas institucionais, os cidadãos podem preencher espontaneamente o espaço vago, recorrendo à “antipolítica”, o que resultaria numa situação de grande desestabilidade institucional que caracteriza outros países da região.<sup>53</sup> Assim, o risco da antipolítica é o outro lado de uma “politização” dos movimentos sociais que pode colocar obstáculos à frente das rodas da democracia, porque enfraquece os partidos e abre a porta para um messias que prometa a salvação...

<sup>52</sup> Um líder indígena caucano retrata a crescente procura de novos cenários de ação por parte dos subalternos. Em relação à marcha ou “*minga*” realizada no fim de 2004, dizia-se: “...nós, indígenas já não mais levaríamos uma lista de solicitações, procederíamos a uma ação política” (Caldono, 2004, p.16).

<sup>53</sup> No Carmen de Bolívar (Magdalena Medio), no início de 2005, as pessoas reunidas na praça carregavam estes dizeres: “Não queremos guerrilha, nem paramilitares, nem exército, nem corruptos” (situação referida por Prada, 2005, p.21). O enunciado é bem parecido com o grito de muitos latino-americanos que protestam: “*Fora todos...*”.

Apesar destes riscos, a democracia na Colômbia recebe alento da ação social e política dos grupos subalternos. Até agora não conseguiram virar o rumo da guerra nem modificar o modelo econômico imperante, mas dão passos cada vez mais firmes para “democratizar a democracia” colombiana. Ainda que seja defendendo a vida e o Estado social de Direito, ameaçados por muitos ataques, é o seu esforço para que a precária democracia colombiana não se afogue. Sua contribuição para fortalecer a sociedade civil, ainda que nem sempre seja clara e contundente, parece anunciar melhores tempos.

### *Conclusões*

Os quatro processos descritos atribuem uma realidade complexa à Colômbia, que causa perplexidade tanto nos envolvidos como nos que assistem de fora. Vimos que a violência e a globalização neoliberal restringem a democracia e aumentam a desigualdade, porém, não são as únicas responsáveis, porque atuam também elementos estruturais, especialmente quanto à força seletiva do Estado – que por sua vez está relacionada ao conflito armado e à perda de autonomia nacional no manejo da globalização. O governo atual, longe de amenizar essas tendências, as realimenta. Ainda que se manifestasse algum fortalecimento da força pública e uma relativa diminuição de ação dos grupos armados ilegais, o conjunto da política de Segurança Democrática tem mais de segurança que de democracia. O panorama é obscuro, mas há luzes no horizonte: nesta direção podemos destacar como sinais de fortalecimento da sociedade civil os movimentos sociais politizados e o

surgimento de uma esquerda democrática que, com a polarização em que vive o país, pode vir a se consolidar.

Neste sentido, a Colômbia aparece como exceção no conjunto da América Latina. Talvez nisso resida o maior paradoxo: que, sendo diferentes, somos parecidos. Melhor seria assumir a situação colombiana como um caso extremo, mas que compartilha fraquezas e forças com outros países. Os efeitos do neoliberalismo são semelhantes, assim como a precariedade da democracia e de uma cidadania civil, política e social. A violência sim parece excepcional, mas não o é totalmente quando se observa a trajetória histórica do fortalecimento seletivo do Estado na Colômbia. Em outros países latino-americanos houve violência, e ainda que pareça superada, ninguém pode assegurar que não volte a brotar como um recurso para dirimir as contradições da sociedade. Em um subcontinente onde, apesar das conquistas democráticas dos últimos decênios, ainda se disputa não somente a cidadania social como também a civil e política, nada está assegurado. Mais que pensar que a Colômbia está atrás ou à frente de seus vizinhos, é melhor concebê-la como um processo particular em coordenadas comuns, que lança muitos ensinamentos, tanto para os que acreditam que a violência ainda é a parteira da história, como para os que pensam que com um regime autoritário tudo vai se resolver. Se hoje parecemos únicos e isolados, nada assegura que o pêndulo da América Latina não se volte para nós, ou melhor, que nós nos aproximemos de nossos vizinhos.

Para a Colômbia, a única saída é fazer o que todos na América Latina buscamos: democratizar a democracia fortalecendo mutuamente a sociedade civil e o Estado, tanto

na sua materialidade como na sua capacidade de criar consensos. Isto implica uma saída política para o conflito armado. No nosso país, as pessoas também lutam por uma cidadania integral, ainda que tenham que começar por garantir o direito à vida. Os autoritarismos de direita e esquerda são repudiados, apesar de existir um entrave com Uribe Vélez, fruto do cansaço de uma guerra prolongada e degradada. Os movimentos sociais e a esquerda democrática e inclusive setores liberais e sem partido apostam na utopia democrática, mas o contexto nacional e internacional não é propício hoje para obter grandes avanços. Em todo caso, estes atores sociais e políticos não são simples figuras passivas que se resignam a hipotecar o futuro, permitindo que ele seja uma mera repetição do presente. Aqui, “outro mundo” não é apenas “possível” senão necessário.

#### Referências Bibliográficas

- Álvarez, Sonia; Dagnino, Evalina; Escobar, Arturo. *Cultures of Politics, Politics of Cultures (Revisioning Latin American Social Movements)*. Boulder (USA): Westview, 1998.
- Archila, Mauricio; Delgado, Álvaro; García, Martha Cecilia; Prada, Esmeralda. *25 años de luchas sociales en Colombia, 1975-2000*. Bogotá: Cinep, 2002.
- Archila, Mauricio. *Idas y venidas, vueltas y revueltas. Protestas sociales en Colombia, 1958-1990*. Bogotá, Cinep/Icanh, 2003.
- \_\_\_\_\_. et al. *Poderes, conflictos e identidades en el Magdalena Medio, 1990-2002*. Bogotá: Cinep, 2006.
- Bartra, Armando. “Añoranzas y utopías: la izquierda mexicana en el tercer milenio”. Em: Rodríguez, César; Barret, Patrick; Chávez, Daniel (edit.). *La nueva izquierda en América Latina*. Bogotá: Norma, 2005.
- Beltrán, Miguel Ángel. “Colombia: el mapa de las luchas sociales en medio del conflicto”. *Contrahistorias*. México, n.5, setembro de 2005.

- Caldono, José Domingo. "Marcha indígena nacional: la ganancia es política". *Cien Días*. Bogotá, Cinep, vol.11, n.55, junho-dezembro de 2004.
- Castells, Manuel. *The Power of Identity*. Oxford: Blackwell, 1997.
- Colectivo de Abogados "José Alvear Restrepo" y Comisión Colombiana de Juristas. "Paramilitares ¿de criminales a héroes de guerra?". En varios. *Más allá del embrujo (Tercer año de gobierno de Álvaro Uribe Vélez)*. Bogotá, Plataforma Colombiana Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo, 2005.
- Collier, Ruth B.; Collier, David. *Shaping the Political Arena*. Princeton: Princeton University, 1991.
- Contraloría General de la República. "La cuestión agraria, la democracia y la paz". *Economía colombiana*, n.309, setembro de 2005.
- Corredor, Consuelo. *Los límites de la modernización*. Bogotá: Cinep, 1992.
- Delgado, Álvaro. "Efectos de la apertura económica en el sindicalismo colombiano". *Controversia*. Bogotá, Cinep, n.182, junho de 2004.
- Darcy de Oliveira, Miguel. "Sociedade civil e democracia: crise e reinvenção da política" (manuscrito). São Paulo, 2005.
- Escalante, Fernando. *Ciudadanos imaginarios*. México: El Colegio de México, 1993.
- Escuela Nacional Sindical. "Libertades sindicales en el gobierno de Uribe". En varios. *Más allá del embrujo (Tercer año de gobierno de Álvaro Uribe Vélez)*. Bogotá, Plataforma Colombiana Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo, 2005.
- García-Villegas, Mauricio et al. *Sociedad de emergencia: acción colectiva y violencia en Colombia*. Bogotá: Defensoría del Pueblo, 2005.
- González, Fernán; Bolívar, Ingrid; Vásquez, Teófilo. *Violencia política en Colombia*. Bogotá: Cinep, 2002.
- González, Jorge Iván et al. "La pobreza ¿cuestión de medición?". En varios. *Más allá del embrujo (Tercer año de gobierno de Álvaro Uribe Vélez)*. Bogotá, Plataforma Colombiana Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo, 2005.
- Hardt, Michael; Negri, Antonio. *Multitud*. Barcelona: Random House, 2004.

- Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales. *Nuestra guerra sin nombre*. Bogotá: Universidad Nacional/Norma, 2006.
- Marshall, T. H.; Bottomore, Tom. *Citizenship and Social Class*. Londres: Pluto, 1992.
- Misas, Gabriel. *La ruptura de los 90, del gradualismo al colapso*. Bogotá: Universidad Nacional, 2002.
- Nun, José. *Democracia*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- Observatorio de Derechos Humanos y Derecho Humanitario de la CCEEU. "Derechos civiles y políticos ¿democracia profunda?". En varios. *Más allá del embrujo (Tercer año de gobierno de Álvaro Uribe Vélez)*. Bogotá, Plataforma Colombiana Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo, 2005.
- Oxhorn, Philip. "Social Inequality, Civil Society and the Limits of Citizenship in Latin America". Em: Eckstein, Susan; Wickham-Crowley, Timothy (edit.). *What Justice? Whose Justice?* Berkeley: University of California Press, 2003.
- Palacios, Marco. *De populistas, mandarines y violencias*. Bogotá: Planeta, 2001.
- Pecaut, Daniel. *Orden y Violencia: Colombia 1930-1954* (II volumes). Bogotá: Cerec-Siglo XXI, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Crónica de dos décadas de política colombiana, 1968-1988*. Bogotá: Siglo XXI, 1989.
- Peñaranda, Ricardo. "Resistencia civil y tradiciones de resistencia en el suroccidente colombiano". Em: Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales. *Nuestra guerra sin nombre*. Bogotá: Universidad Nacional/Norma, 2006.
- Pizarro, Eduardo. *Una democracia asediada*. Bogotá: Norma, 2004.
- Prada, Esmeralda. "Luchas campesinas e indígenas". *Cien Días*. Bogotá, Cinep, vol.12, n.56, janeiro-junho, 2005.
- Restrepo, Luis Alberto. "Los arduos dilemas de la democracia en Colombia". Em: Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales. *Nuestra guerra sin nombre*. Bogotá: Universidad Nacional/Norma, 2006.
- Rojas, Diana Marcela. "Estados Unidos y la guerra en Colombia". Em: Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales. *Nuestra guerra sin nombre*. Bogotá: Universidad Nacional/Norma, 2006.

- Rodríguez, César; Barret, Patrick; Chávez, Daniel (ed.). *La nueva izquierda en América Latina*. Bogotá: Norma, 2004.
- Romero, Mauricio. *Paramilitares y autodefensas, 1982-2003*. Bogotá: Planeta/Iepri, 2003.
- Sánchez, Ricardo. *Bonapartismo presidencial en Colombia*. Bogotá: Uniediciones, 2005.
- Santos, Boaventura de Sousa; García Villegas, Mauricio (ed.). *Emancipación social y violencia en Colombia*. Bogotá: Norma, 2004.
- Sarmiento, Eduardo. "La lucha contra la pobreza". *Revista Escuela Colombiana de Ingeniería*. Bogotá, n.57, janeiro-março de 2005.
- Sarmiento, Libardo. "Malestar social y política pública". En varios. *Reelección: el embrujo continúa (segundo año de gobierno de Álvaro Uribe Vélez)*. Bogotá, Plataforma Colombiana Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo, 2004.
- Sarmiento, Libardo; Álvarez, María E. *Municipios y regiones de Colombia*. Bogotá: Fundación Social, 1998.
- Sorj, Bernardo. "Civil Societies North-South Relations: NGOs and Dependency", Working Paper, São Paulo, 2005.
- Tarrow, Sydney. *Power in Movement. Social Movements, Collective Action and Politics*. Cambridge: Cambridge University, 1997.
- Touraine, Alain. *Igualdad y diversidad, las nuevas tareas de la democracia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- Uribe, María Teresa. *Nación, ciudadano y soberano*. Medellín: Corporación Región, 2001.
- Valencia, León. *Adiós a la política, bienvenida la guerra*. Bogotá: Intermedio, 2002.
- Zuluaga, Jaime. "Rasgos totalitarios de la 'democracia profunda'". *UN Periódico*, 3 de julho de 2005.